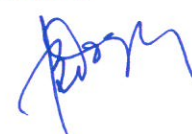


ANEXO I - Condições específicas de elegibilidade



Linha de Ação	A. Qualificação de Operadores marítimo-turísticos do Litoral Norte
1. Critérios de elegibilidade dos beneficiários	<p>1. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária são elegíveis candidaturas que cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <p>i) Serem apresentadas por “Operadores marítimo-turísticos” (na aceção do RNT-Registo Nacional de Turismo), registados no Registo Nacional de Turismo (à data de submissão da candidatura) e localizadas no Litoral Norte (com sede ou representação formal, à data de submissão da candidatura);</p> <p>ii) Serem apresentadas por micro ou pequenas empresas criadas há mais de dois anos (contabilizados até à data limite de submissão da candidatura), considerando-se excluídas as entidades que exercem uma atividade artesanal ou outras atividades a título individual ou familiar, ou as associações que exercem regularmente uma atividade económica.</p>
2. Critérios de elegibilidade das operações	<p>1. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária são elegíveis candidaturas que cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <p>i) Serem orientadas para o incentivo à qualificação de experiências de animação marítimo-turística no Litoral Norte, abrangendo, exclusivamente (de acordo com a terminologia adotada no RNT) a Qualificação de Operadores marítimo-turísticos;</p> <p>ii) Terem um investimento superior a 100.000 euros;</p> <p>iii) No caso de projetos que envolvem a criação de postos de trabalho, estes deverão ser localizados no território de abrangência do GAL Costeiro Litoral Norte;</p> <p>iii) Demonstrarem a respetiva viabilidade económica e financeira, através do EVEF-Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (Valor Atual Líquido (VAL) e Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) ≥ 0);</p> <p>iv) Apresentarem obrigatoriamente 3 orçamentos e/ou faturas pró-forma discriminados em detalhe e com preços unitários (no caso de obras de construção civil, mapas de quantidades e preços) para cada uma das despesas previstas na candidatura, salvo em casos excecionais que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora. O montante que consta do orçamento da candidatura deve corresponder ao valor do orçamento / fatura pró-forma mais baixo, exceto em casos que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora;</p> <p>v) Apresentarem evidências da aprovação dos processos de licenciamento e autorizações de entidades competentes necessárias ao desenvolvimento do projeto;</p> <p>vi) Demonstrarem um rácio de autonomia financeira pré projeto, não inferior a 15%; (Para o cálculo da autonomia financeira será utilizado o balanço referente ao ano pré - projeto, ou um balanço intercalar posterior, certificado por um Revisor Oficial de Contas (ROC), reportado até à data da candidatura);</p> <p>O rácio de autonomia financeira é calculado através da seguinte fórmula, em que:</p> $AF = CPe / AT$ <p>AF – Autonomia financeira da empresa;</p> <p>CPe – Capital próprio da empresa, incluindo os suprimentos desde que estes venham a ser incorporados em capital próprio até à data da assinatura do termo de aceitação (o promotor deverá referir se pretende efetuar a incorporação dos suprimentos em capitais próprios, para efeitos de cálculo da autonomia financeira).</p> <p>AT – ativo total da empresa.</p>

Linha de Ação	A. Qualificação de Operadores marítimo-turísticos do Litoral Norte
3. Regras e limites à elegibilidade das despesas	<p>1. De acordo com o disposto na OTE 2/2017 – Domínio “Reforço da competitividade do turismo” no âmbito da presente Linha de Ação Prioritária são elegíveis despesas associadas à qualificação operadores marítimo-turísticos (na aceção do RNT-Registo Nacional de Turismo) promotoras de experiências marítimo-turísticas no Litoral Norte, abrangendo, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Construção ou obras de adaptação / modernização de edifícios e correspondentes projetos técnicos, abrangendo, nomeadamente, entre outras, despesas orientadas para assegurar a acessibilidade de pessoas de mobilidade reduzida (bem como a qualquer outra limitação física, psíquica ou sensorial) às referidas experiências de animação marítimo-turísticas no Litoral Norte ii) Aquisição de equipamentos informáticos, hardware e software e criação de sítios na internet, relacionados com a atividade a desenvolver e sua instalação; iii) Aquisição de embarcações marítimo-turísticas; iv) Compra, adaptação e/ou apetrechamento de embarcações com vista à sua utilização no apoio à saúde de populações de acesso condicionado; v) Modernização de antigas embarcações para utilização no âmbito das experiências marítimo-turísticas; vi) Aquisição de equipamentos para a realização de desportos aquáticos e de pesca lúdica, incluindo, nomeadamente, embarcações ligeiras, pranchas, palamentas; vii) Criação de slogans, rótulos ou material publicitários necessários à realização de atividades promocionais, desde que não relacionados com marcas comerciais; vii) Despesas associadas à obtenção ou manutenção de certificação nacional ou internacionalmente reconhecida de qualidade, de segurança, ou de natureza ambiental ou energética dos principais serviços prestados pelas operadores marítimo-turísticos associados às referidas experiências. <p>2. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária, as seguintes despesas encontram-se sujeitas aos limites seguintes, calculados em função do investimento total:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção ou obras de adaptação / modernização de edifícios e correspondentes projetos técnicos – 85% <p>3. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária não são elegíveis quaisquer investimentos associados a “alojamento, restauração e similares”, mesmo que estejam eventualmente relacionados com as propostas de experiências de animação turística.</p>



Linha de Ação	B. Valorização dos produtos da pesca
1. Critérios de elegibilidade dos beneficiários	<p>1. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária são elegíveis candidaturas apresentadas por micro ou pequenas empresas criadas há mais de dois anos (contabilizados até à data limite de submissão da candidatura), considerando-se excluídas as entidades que exercem uma atividade artesanal ou outras atividades a título individual ou familiar, as sociedades de pessoas ou as associações que exercem regularmente uma atividade económica.</p>
2. Critérios de elegibilidade das operações	<p>1. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária são elegíveis candidaturas que cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <p>i) Serem orientadas para a criação, recuperação e modernização de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes, relacionadas com a 2ª venda dos produtos da pesca e da aquicultura (venda a retalho ou ambulante).</p> <p>ii) No caso de projetos que envolvem a criação de postos de trabalho, estes deverão ser localizados no território de abrangência do GAL Costeiro Litoral Norte;</p> <p>iii) Demonstrarem a respetiva viabilidade económica e financeira, através do EVEF-Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (Valor Atual Líquido (VAL) e Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) ≥ 0);</p> <p>iv) Apresentarem obrigatoriamente 3 orçamentos e/ou faturas pró-forma discriminados em detalhe e com preços unitários (no caso de obras de construção civil, mapas de quantidades e preços) para cada uma das despesas previstas na candidatura, salvo em casos excecionais que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora. O montante que consta do orçamento da candidatura deve corresponder ao valor do orçamento / fatura pró-forma mais baixo, exceto em casos que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora;</p> <p>v) Apresentarem evidências da aprovação dos processos de licenciamento e autorizações de entidades competentes necessárias ao desenvolvimento do projeto;</p> <p>vi) Demonstrarem um rácio de autonomia financeira pré projeto, não inferior a 15%; (Para o cálculo da autonomia financeira será utilizado o balanço referente ao ano pré -projeto, ou um balanço intercalar posterior, certificado por um Revisor Oficial de Contas (ROC), reportado até à data da candidatura);</p> <p>O rácio de autonomia financeira é calculado através da seguinte fórmula, em que:</p> $AF = CPe / AT$ <p>AF – Autonomia financeira da empresa;</p> <p>CPe – Capital próprio da empresa, incluindo os suprimentos desde que estes venham a ser incorporados em capital próprio até à data da assinatura do termo de aceitação (o promotor deverá referir se pretende efetuar a incorporação dos suprimentos em capitais próprios, para efeitos de cálculo da autonomia financeira).</p> <p>AT – ativo total da empresa.</p>
3. Regras e limites à elegibilidade das despesas	<p>1. De acordo com o disposto na OTE 2/2017 – Domínio “Reforço da competitividade da pesca” no âmbito da presente Linha de Ação Prioritária são elegíveis despesas associadas à criação, recuperação e modernização de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes, relacionadas com a 2ª venda dos produtos da pesca e da aquicultura (venda a retalho ou ambulante), abrangendo, nomeadamente:</p>

Linha de Ação	B. Valorização dos produtos da pesca
	<p>i) Aquisição de viaturas adaptadas ao transporte de produtos alimentares sob temperatura dirigida;</p> <p>ii) Aquisição de contentores isotérmicos para transporte e armazenagem de pescado e de gelo;</p> <p>iii) Sistemas e equipamentos necessários ao processo de preparação, transformação, tratamento, conservação, acondicionamento e embalagem, armazenagem e comercialização de pescado;</p> <p>iv) Obras de adaptação / modernização de espaços para a instalação de unidades de transformação e comercialização de produtos da pesca e da aquicultura.</p> <p>iii) Despesas associadas à melhoria da promoção das características específicas dos produtos da pesca e da aquicultura desde que não relacionados com marcas comerciais, bem como à adoção de novas tecnologias para a organização, a gestão e a comercialização dos produtos;</p> <p>v) Despesas associadas à obtenção ou manutenção de certificação nacional ou internacionalmente reconhecida de qualidade, de segurança, ou de natureza ambiental ou energética dos principais serviços prestados ou produtos comercializados, com exceção dos obrigatórios para o exercício da atividade.</p> <p>2. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária, as seguintes despesas encontram-se sujeitas aos limites seguintes, calculados em função do investimento total:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Obras de remodelação ou adaptação – 80% - Aquisição de viaturas – 80%

Linha de Ação	C. Melhoria da distribuição e comercialização de produtos da pesca e aquicultura
1. Critérios de elegibilidade dos beneficiários	<p>1. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária são elegíveis candidaturas apresentadas por micro ou pequenas empresas criadas há mais de dois anos (contabilizados até à data limite de submissão da candidatura), considerando-se excluídas as entidades que exercem uma atividade artesanal ou outras atividades a título individual ou familiar, as sociedades de pessoas ou as associações que exercem regularmente uma atividade económica.</p>
2. Critérios de elegibilidade das operações	<p>1. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária são elegíveis candidaturas que cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <p>i) Serem orientadas para a criação de novas metodologias e espaços de distribuição e de comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura (2ª venda), incluindo inovação e acesso a tecnologia de informação, designadamente na seguinte tipologia de ações:</p> <p>a) Criação de peixarias e/ou modernização de infraestruturas existentes, designadamente, modernização de mercados;</p> <p>b) Ações de promoção e de sensibilização para a comercialização de proximidade que permitem escoar e valorizar a produção local.</p> <p>ii) No caso de projetos que envolvem a criação de postos de trabalho, estes deverão ser localizados no território de abrangência do GAL Costeiro Litoral Norte;</p> <p>iii) Demonstrarem a respetiva viabilidade económica e financeira, através do EVEF-Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (Valor Atual Líquido (VAL) e Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) ≥ 0);</p> <p>iv) Apresentarem obrigatoriamente 3 orçamentos e/ou faturas pró-forma discriminados em detalhe e com preços unitários (no caso de obras de construção civil, mapas de quantidades e preços) para cada uma das despesas previstas na candidatura, salvo em casos excecionais que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora. O montante que consta do orçamento da candidatura deve corresponder ao valor do orçamento / fatura pró-forma mais baixo, exceto em casos que devem ser devidamente fundamentados pela entidade promotora;</p> <p>v) Apresentarem evidências da aprovação dos processos de licenciamento e autorizações de entidades competentes necessárias ao desenvolvimento do projeto;</p> <p>vi) Demonstrarem um rácio de autonomia financeira pré projeto, não inferior a 15%; (Para o cálculo da autonomia financeira será utilizado o balanço referente ao ano pré - projeto, ou um balanço intercalar posterior, certificado por um Revisor Oficial de Contas (ROC), reportado até à data da candidatura);</p> <p>O rácio de autonomia financeira é calculado através da seguinte fórmula, em que:</p> $AF = CPe / AT$ <p>AF – Autonomia financeira da empresa;</p> <p>CPe – Capital próprio da empresa, incluindo os suprimentos desde que estes venham a ser incorporados em capital próprio até à data da assinatura do termo de aceitação (o promotor deverá referir se pretende efetuar a incorporação dos suprimentos em capitais próprios, para efeitos de cálculo da autonomia financeira).</p> <p>AT – ativo total da empresa.</p>
3. Regras e limites à elegibilidade das	<p>1. De acordo com o disposto na OTE 2/2017 – Domínio “Melhoria dos circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar” são elegíveis despesas</p>

Linha de Ação	C. Melhoria da distribuição e comercialização de produtos da pesca e aquicultura
despesas	<p>associadas à criação de novas metodologias e espaços de distribuição e de comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura (2ª venda), incluindo inovação e acesso a tecnologia de informação, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Construção ou obras de adaptação/modernização de edifícios e correspondentes projetos técnicos; ii) Aquisição de equipamentos para preparação, embalagem e acondicionamento de produtos; iii) Aquisição de bancas de venda e sinalética; iv) Aquisição de viaturas adaptadas ao transporte de produtos alimentares sob temperatura dirigida; v) Aquisição de contentores isotérmicos para transporte e armazenagem de pescado e de gelo; vi) Conceção e produção de embalagens e rótulos; vii) Equipamento informático, incluindo o desenvolvimento de plataformas eletrónicas de comercialização e websites; viii) Despesas associadas à melhoria da promoção das características específicas dos produtos em questão desde que não relacionados com marcas comerciais, bem como à adoção de novas tecnologias para a organização, a gestão e a comercialização dos produtos; ix) Despesas associadas à obtenção ou manutenção de certificação nacional ou internacionalmente reconhecida de qualidade, de segurança, ou de natureza ambiental ou energética dos principais serviços prestados ou produtos comercializados, com exceção dos obrigatórios para o exercício da atividade. <p>2. No âmbito da presente Linha de Ação Prioritária, as seguintes despesas encontram-se sujeitas aos limites seguintes, calculados em função do investimento total:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Obras de remodelação ou adaptação – 80% - Aquisição de viaturas – 80%